



**Discurso Por Ocasião da 218ª Sessão Ordinária da Comissão Interministerial para Assuntos do Mar, CIRM, do Brasil**

**Por Leticia Carvalho, Secretária-Geral da  
Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos**

**3 de junho de 2026**

**Senhor Secretário da CIRM, Contra-Almirante Robledo de Lemos Costa e Sá,**

**Senhor Comandante da Marinha, Almirante de Esquadra Marcos Sampaio Olsen,**

**Senhores membros da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar,**

**Senhoras e senhores,**

Muito obrigada pelo convite para participar desta 218ª Sessão Ordinária da CIRM.

É uma honra poder dirigir-me a esta Comissão, que ocupa papel central na coordenação da política brasileira para os recursos do mar e na articulação de uma visão integrada sobre a presença do Brasil nos oceanos.

Falo hoje com profundo respeito institucional e com um sentimento pessoal muito especial.

Como brasileira e como Secretária-Geral da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, é muito significativo poder dialogar com esta Comissão sobre uma agenda que une direito do mar, ciência, proteção ambiental, Atlântico Sul, minerais críticos, cooperação internacional e Patrimônio Comum da Humanidade.

**A missão ao Brasil e o reconhecimento às autoridades brasileiras**

Permitam-me, antes de entrar nos temas substantivos, registrar meu reconhecimento ao Governo brasileiro e às instituições que me receberam durante a missão realizada em abril e maio de 2026.

Agradeço ao Ministério das Relações Exteriores, ao Ministério da Defesa, à Marinha do Brasil, à SECIRM e aos ministérios e instituições representados nesta Comissão pela abertura ao diálogo e pela qualidade das discussões mantidas.

Em abril, tive a honra de participar, no Rio de Janeiro, da IX Reunião Ministerial da ZOPACAS, espaço de grande relevância para a cooperação, a paz e a governança do Atlântico Sul.

Em maio, realizei uma missão institucional em Brasília e no Rio de Janeiro, com reuniões em diferentes ministérios, no Senado Federal, com instituições científicas e com a nova geração de diplomatas brasileiros.

Essas reuniões confirmaram a importância da relação entre o Brasil e a ISA.

Também demonstraram que a governança internacional dos fundos marinhos é uma agenda transversal, que envolve política externa, defesa, ciência, tecnologia, meio ambiente, mineração, pesca, economia azul, dados, capacitação e cooperação multilateral.

É precisamente por essa natureza transversal que a CIRM e a SECIRM têm papel tão relevante para apoiar uma reflexão brasileira integrada sobre a Área, o Atlântico Sul e a participação do Brasil na governança internacional dos fundos marinhos.

### **Apresentação da Nota de Missão**

Como desdobramento dessas conversas, preparei uma **Nota de Missão e Reflexões Estratégicas**, que submeto respeitosamente à consideração dos membros da CIRM.

A Nota reúne, de forma integrada, os principais temas discutidos durante a missão ao Brasil e apresenta elementos de reflexão para uma nova etapa de diálogo entre o Brasil e a ISA.

O documento valoriza a contribuição histórica do Brasil para o direito do mar, para o multilateralismo e para a consolidação do princípio do Patrimônio Comum da Humanidade.

Também destaca oportunidades de cooperação em áreas como ciência oceânica, dados, capacitação, proteção ambiental, Atlântico Sul, minerais críticos, auditoria pública, PROAREA e participação brasileira nos trabalhos da ISA.

A Nota identifica caminhos possíveis para fortalecer a presença brasileira na governança internacional da Área, em plena conformidade com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, com o princípio do Patrimônio Comum da Humanidade e com as prioridades soberanamente definidas pelo Brasil.

## **O Brasil e o Patrimônio Comum da Humanidade**

Gostaria de iniciar pela dimensão histórica.

O Brasil teve papel relevante na construção do regime jurídico dos oceanos.

O Brasil sempre foi uma voz respeitada na defesa do multilateralismo, do uso pacífico dos oceanos, da cooperação internacional, da equidade e dos interesses dos países em desenvolvimento.

O princípio do **Patrimônio Comum da Humanidade**, que está no centro do mandato da ISA, faz parte dessa história.

Esse princípio estabelece que os recursos minerais da Área — isto é, os fundos marinhos além dos limites da jurisdição nacional — devem ser administrados em benefício da humanidade como um todo.

O Brasil ajudou a construir essa visão.

Por isso, a participação brasileira na etapa atual da ISA não é algo novo ou externo à tradição do país.

É uma continuidade natural de sua própria contribuição histórica ao direito do mar.

## **A mensagem central: a questão é governança**

Durante minha missão ao Brasil, procurei transmitir uma mensagem central: a questão principal, neste momento, é **governança**.

A ISA não deve ser compreendida apenas como uma organização ligada à mineração.

A ISA é uma instituição de governança internacional criada pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar e pelo Acordo de Implementação de 1994.

Seu mandato é organizar, regular e controlar as atividades na Área, em nome dos Estados Partes e em benefício da humanidade como um todo.

A pergunta central não é apenas se haverá ou não atividade mineral no futuro.

A pergunta central é: quais regras, quais limites ambientais, quais padrões científicos, quais mecanismos de monitoramento, quais instrumentos de transparência, quais mecanismos de repartição de benefícios e quais formas de fiscalização orientarão qualquer decisão futura?

É por isso que a arquitetura de governança da ISA, incluindo o Código de Mineração, é tão importante.

Completar essa arquitetura significa fortalecer a proteção ambiental, a segurança jurídica, a transparência, a ciência, a repartição equitativa de benefícios e a implementação concreta do Patrimônio Comum da Humanidade.

### **ZOPACAS, Atlântico Sul e o papel do Brasil**

Minha participação na ZOPACAS foi particularmente significativa.

O Atlântico Sul é uma região estratégica para o Brasil e para os países costeiros da América Latina e da África.

É um espaço de paz, cooperação, segurança marítima, rotas comerciais, cabos submarinos, energia, biodiversidade, ciência, economia azul e projeção internacional.

A presença da ISA na ZOPACAS permitiu reforçar que a governança da Área também interessa aos países do Atlântico Sul.

Embora a Área esteja além dos limites da jurisdição nacional, as decisões tomadas na ISA têm relevância para todos os Estados Partes.

À margem da ZOPACAS, conversei com autoridades brasileiras, incluindo o Ministério da Defesa, o Comando da Marinha, a SECIRM e a DHN.

Também mantive reuniões com delegações de países do Atlântico Sul, incluindo Argentina, Camarões, República Democrática do Congo, Gabão, Namíbia e São Tomé e Príncipe.

Essas conversas demonstraram que os países do Atlântico Sul têm interesse em maior capacitação, maior participação e maior compreensão sobre a governança da Área.

O Brasil, por sua liderança regional, sua tradição diplomática e sua visão do Atlântico Sul como espaço de paz e cooperação, pode desempenhar papel muito importante nessa aproximação entre a ISA e a ZOPACAS.

### **Reuniões em Brasília e no Rio de Janeiro — resultados gerais**

Em maio, tive a oportunidade de aprofundar esse diálogo com diversas autoridades brasileiras.

Com o **Ministério da Defesa** e a **Marinha do Brasil**, discutimos o Atlântico Sul como espaço estratégico, sempre dentro de uma visão pacífica, cooperativa e baseada no direito internacional.

Com a **SECIRM**, discutimos a importância da coordenação interministerial para uma agenda que envolve recursos do mar, ciência, meio ambiente, segurança marítima, minerais críticos e governança internacional.

Com a **DHN**, tratamos da importância dos dados, da hidrografia, da oceanografia e do conhecimento do fundo marinho para decisões baseadas em evidências.

Com o **Ministério do Meio Ambiente**, discutimos proteção do meio ambiente marinho, princípio da precaução, ciência, dados e padrões ambientais robustos.

Com o **Ministério de Minas e Energia**, discutimos minerais críticos, transição energética, cadeias produtivas, agregação de valor, PROAREA e a interface entre a política mineral brasileira e a governança multilateral da Área.

Com os **Ministérios da Pesca e Aquicultura e da Agricultura**, discutimos economia azul, pesca, comunidades que dependem do mar, segurança alimentar e a necessidade de tratar o oceano como um sistema integrado.

Com o **Ministério das Relações Exteriores**, discutimos o papel histórico do Brasil, o multilateralismo, a repartição equitativa de benefícios e a importância de uma participação brasileira ativa nos debates da ISA.

No **Senado Federal**, em especial na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, tratamos da interface entre política externa, minerais estratégicos, Atlântico Sul, ciência oceânica e governança internacional da Área.

Na **Academia Brasileira de Ciências**, destaquei o papel da ciência, dos dados e da cooperação científica para a governança do mar profundo.

No **Instituto Rio Branco**, falei com jovens diplomatas sobre a ISA como uma das fronteiras da diplomacia multilateral do século XXI.

### **O que o Brasil pode fazer pela ISA e pela governança da Área**

Permitam-me agora destacar, com todo respeito, algumas formas pelas quais o Brasil pode contribuir para a ISA e para a governança internacional da Área.

Primeiro, o Brasil pode fortalecer sua participação nas reuniões da ISA, com presença cada vez mais articulada, técnica e influenciadora.

Segundo, o Brasil pode contribuir para a conclusão da arquitetura de governança da ISA, incluindo o Código de Mineração, os padrões ambientais, os mecanismos de

monitoramento, os instrumentos de transparência, os sistemas de dados, a inspeção, a repartição de benefícios e a capacitação.

Terceiro, o Brasil pode ajudar a assegurar que a proteção ambiental, a ciência, a precaução e a equidade estejam no centro de qualquer decisão futura.

Quarto, o Brasil pode contribuir com sua experiência científica, ambiental, mineral, marítima e diplomática.

Quinto, o Brasil pode aproximar os países do Atlântico Sul da agenda da ISA, inclusive por meio da ZOPACAS.

Sexto, o Brasil pode fortalecer sua coordenação nacional sobre a Área, por meio da CIRM e da SECIRM, articulando MRE, Defesa, Marinha, MCTI, MMA, MME, pesca, universidades, SGB/CPRM e instituições de pesquisa.

Sétimo, o Brasil pode considerar, em momento oportuno e por decisão soberana, uma presença mais estruturada na Área, inclusive por meio do fortalecimento do PROAREA e de uma agenda científica dedicada ao Atlântico Sul e Equatorial.

Essa contribuição brasileira seria muito valiosa para a ISA, porque traria ao processo a visão de um país com autoridade ambiental, capacidade científica, experiência mineral, tradição diplomática e liderança no Sul Global.

### **O que a ISA pode fazer pelo Brasil**

A ISA, por sua vez, pode apoiar o Brasil de várias formas.

Pode oferecer informações técnicas e institucionais sobre o regime da Área, o Código de Mineração, os contratos de exploração, os padrões ambientais e as responsabilidades dos Estados patrocinadores.

Pode apoiar programas de capacitação para especialistas brasileiros, incluindo diplomatas, cientistas, técnicos governamentais, jovens profissionais e instituições ligadas à agenda dos recursos do mar.

Pode facilitar o acesso e o uso de plataformas de dados, como o **DeepData**, e promover cooperação em ciência, dados ambientais, geologia marinha, biodiversidade, monitoramento e avaliação de impactos.

Pode apoiar a aproximação entre instituições brasileiras e redes internacionais de pesquisa sobre o mar profundo.

Pode trabalhar com o Brasil em iniciativas voltadas à participação de mulheres na ciência, como o programa **S.H.E. — See Her Exceed**.

Pode apoiar reflexões sobre o PROAREA, sobre uma possível agenda científica brasileira para o Atlântico Sul e Equatorial, e sobre as condições jurídicas, técnicas e ambientais de eventual presença formal brasileira na Área, caso o Governo brasileiro deseje avaliar esse caminho.

Pode também cooperar com o Brasil em temas de governança, transparência e auditoria pública, inclusive a partir do diálogo com o TCU e o WGEI/INTOSAI sobre auditoria de indústrias extrativas.

### **Minerais críticos, PL nº 2.780/2024 e Nota Legal-Técnica**

Um dos desdobramentos institucionais da missão diz respeito ao debate brasileiro sobre minerais críticos e estratégicos.

Durante as conversas no Senado Federal, em especial no contexto da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, foi discutida a tramitação do Projeto de Lei nº 2.780/2024, que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos.

Esse debate é relevante porque minerais críticos estão ligados à transição energética, à indústria digital, às tecnologias de baixo carbono, à defesa, à segurança de suprimento e à autonomia tecnológica.

Por isso, foi preparada uma Nota Legal-Técnica sobre a possível inclusão dos recursos minerais da Área internacional dos fundos marinhos no âmbito dessa política nacional.

Essa Nota é oferecida como contribuição técnica, respeitosa e não prescritiva.

A mensagem jurídica central é clara: a Área não é território brasileiro e seus recursos não estão sujeitos à soberania ou jurisdição nacional.

Mas o Brasil pode desenvolver capacidades científicas, tecnológicas, industriais, ambientais e diplomáticas relacionadas a essa agenda.

A inclusão dessa dimensão na política brasileira poderia fortalecer pesquisa, capacitação, processamento, rastreabilidade, certificação, segurança de suprimento e participação brasileira na governança multilateral.

### **Auditoria pública, TCU/WGEI e governança de recursos minerais**

Outro desdobramento importante foi o convite para participação da ISA na reunião do Grupo de Trabalho sobre Auditoria das Indústrias Extrativas — WGEI, da INTOSAI, organizada em Brasília com o apoio do Tribunal de Contas da União.

Esse convite abre uma nova frente de diálogo entre a ISA, o Brasil e a comunidade internacional de auditoria pública.

A auditoria pública é cada vez mais relevante para a boa governança dos recursos naturais.

No caso da Área, as Instituições Superiores de Controle não auditam a ISA, mas podem avaliar como os governos se preparam para cumprir responsabilidades nacionais relacionadas ao regime internacional dos fundos marinhos.

Isso inclui marcos legais, coordenação interministerial, avaliação de riscos, transparência, uso de recursos públicos, supervisão de entidades patrocinadas, proteção ambiental e conformidade com obrigações internacionais.

Esse diálogo com o TCU/WGEI reforça uma mensagem importante: a governança da Área também exige prestação de contas, evidências, transparência, controles e preparação institucional.

### **PROAREA, ciência e presença brasileira renovada**

O Brasil já possui uma base institucional importante para refletir sobre sua presença na Área: o PROAREA.

O PROAREA foi concebido para identificar e avaliar áreas de interesse potencial para recursos minerais em regiões oceânicas além da jurisdição nacional.

Essa experiência poderia ser atualizada e fortalecida em uma nova fase, com ênfase em ciência, dados, biodiversidade, geologia marinha, tecnologia, monitoramento ambiental, capacitação e governança internacional.

Uma linha dedicada ao Atlântico Sul e Equatorial poderia permitir ao Brasil transformar interesse estratégico em conhecimento, conhecimento em capacidade nacional, e capacidade nacional em influência construtiva na ISA.

A Nota também menciona que o Brasil poderia avaliar, em momento oportuno e por decisão soberana, uma nova presença formal na Área, inclusive por meio de eventual contrato de exploração junto à ISA.

Esse ponto merece clareza: um contrato de exploração não é uma autorização de exploração comercial.

Ele é uma plataforma de pesquisa, dados, avaliação ambiental, capacitação, conhecimento geológico e participação diplomática na governança da Área.

Qualquer decisão nesse sentido caberá exclusivamente ao Governo brasileiro.

A ISA permanece disponível para apoiar tecnicamente essa reflexão, caso o Brasil deseje aprofundá-la.

### **Mensagem estratégica final**

Permitam-me concluir com uma mensagem de confiança e de parceria.

A ISA vê no Brasil um parceiro natural.

O Brasil ajudou a construir o regime jurídico do mar e a consolidar o princípio do Patrimônio Comum da Humanidade.

Agora, o Brasil pode ajudar a completar a governança da Área.

Essa governança deve ser guiada por ciência, proteção ambiental, equidade, segurança jurídica, repartição de benefícios, transparência, capacitação e verdadeiro espírito multilateral.

Para o Brasil, estar presente nesse processo significa defender seus princípios, fortalecer sua visão estratégica sobre o Atlântico Sul e contribuir para que os recursos minerais do fundo marinho internacional sejam governados em benefício da humanidade como um todo.

O Brasil pode ser uma voz de equilíbrio: uma voz capaz de unir proteção ambiental, ciência, desenvolvimento, minerais críticos, justiça distributiva e multilateralismo.

A ISA está pronta para continuar esse diálogo com o Brasil, com a SECIRM, com a CIRM, com a Marinha, com o Itamaraty e com todas as instituições brasileiras interessadas nessa agenda.

Muito obrigada.